



Floriano de Azevedo Marques Neto

BENS PÚBLICOS

Função social e exploração econômica
O regime jurídico das utilidades públicas

Prefácio

Maria Sílvia Zanella Di Pietro

Apresentação

Odete Medauar

Área específica:

Direito Administrativo

Áreas afins:

Direito Econômico

Direito Civil

478 páginas

ISBN 978-85-7700-256-6

Formato: 17x24 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O tema deste livro é o regime jurídico dos bens públicos. Aspectos relacionados com a aquisição, gestão e alienação dos bens do Estado são tratados em profundidade. O autor procura dar um enfoque econômico ao tema, coisa rara na doutrina. O estudo procura refletir sobre as regras e limites para o poder público gerir os seus bens. Três aspectos centrais são aqui desenvolvidos: a noção de utilidade pública como função inerente aos bens públicos, a busca de um regime jurídico compatível com os desafios atuais e as possibilidades de emprego econômico destes bens. Assim é que, tendo como eixo condutor a função social da propriedade aplicada aos bens públicos, o trabalho inicialmente trata dos fundamentos da concepção de bem público no Direito, passa pela tentativa de verificar quais são estes bens, prossegue crítica do seu regime jurídico tradicional e rastreia as hipóteses de seu aproveitamento econômico. Sem abandonar a doutrina até aqui construída, o autor propõe uma profunda revisão doutrinária, uma mudança no modo de se conceber, tratar e empregar os bens públicos dentro das peculiaridades do Direito brasileiro

Floriano de Azevedo Marques Neto

Advogado. Doutor e Livre-Docente em Direito Público pela Universidade de São Paulo e Professor Associado do Departamento de Direito Público e Constitucional da Faculdade de Direito da USP, onde atualmente ministra aulas na graduação (Direito Administrativo) e na pós-graduação (Direito Administrativo e Regulatório). Professor dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Fundação Getúlio Vargas. Secretário Acadêmico da Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP. Membro do Conselho Editorial da *Revista de Direito Público da Economia – RDPE* e da *Revista de Direito de Informática e Telecomunicações – RDIT*. Palestrante em diversos colóquios no Brasil e no exterior. Autor de quatro livros individuais, mais de dez livros em co-autoria e de quase duzentos artigos acadêmicos publicados em revistas técnicas.

SUMÁRIO DO LIVRO:

Prefácio

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Apresentação

Odete Medauar

Introdução

Capítulo 1

Bens públicos e patrimônio estatal

- 1.1 A idéia de “bem público” como um desafio
- 1.2 Coisas, bens e patrimônio
 - 1.2.1 Conceitos jurídicos
 - 1.2.2 Concepções econômicas
 - 1.2.3 Nossa concepção de bem e coisa
 - 1.2.4 Patrimônio privado e patrimônio público
 - 1.2.5 Noção de patrimônio público no Direito brasileiro
- 1.3 Os primórdios históricos da noção de bens e patrimônio público
- 1.4 O surgimento do Estado moderno e a dissociação entre patrimônio do soberano e patrimônio estatal
 - 1.4.1 As noções doutrinárias sobre a propriedade pública
- 1.5 A noção de patrimônio estatal e a dicotomia patrimônio público/patrimônio privado
 - 1.5.1 O domínio eminente
 - 1.5.2 O domínio nacional
 - 1.5.3 O domínio estatal no Direito brasileiro
- 1.6 Notas sobre a constituição do domínio estatal no Brasil
- 1.7 Releitura das noções tradicionais
- 1.8 Síntese conclusiva do capítulo: a realidade do patrimônio estatal

Capítulo 2

Delimitação e classificação dos bens públicos no Direito brasileiro

- 2.1 Diferentes critérios para delimitação dos bens públicos
 - 2.1.1 O critério civilista – Subjetivo
 - 2.1.1.1 O bem pela natureza do seu titular
 - 2.1.1.2 Crítica à concepção subjetivista
 - 2.1.2 O critério funcionalista – Objetivo
 - 2.1.2.1 Bens públicos pela sua função
 - 2.1.2.2 O instituto da afetação
 - 2.1.2.3 A crítica à concepção funcionalista
- 2.2 As diferentes formas de classificar os bens públicos
 - 2.2.1 Bens pelo critério subjetivo
 - 2.2.1.1 Bens públicos em sentido próprio
 - 2.2.1.1.1 Bens da União
 - 2.2.1.1.2 Bens dos Estados
 - 2.2.1.1.3 Bens dos Municípios
 - 2.2.1.1.4 Bens do Distrito Federal
 - 2.2.1.1.5 Bens das autarquias
 - 2.2.2 Bens pelo critério objetivo: a funcionalidade
 - 2.2.2.1 Bens públicos em sentido impróprio
 - 2.2.2.1.1 Bens detidos por entes administrativos de direito privado
 - 2.2.2.1.2 Bens detidos por entidades privadas
 - 2.2.3 Bens pelo uso afetado
 - 2.2.3.1 Uso comum
 - 2.2.3.1.1 Uso comum nos bens públicos do domínio natural
 - 2.2.3.1.2 Uso comum nos bens públicos do domínio artificial
 - 2.2.3.2 Uso especial
 - 2.2.3.3 Bens dominicais
 - 2.2.3.3.1 Bens dominicais com uso
 - 2.2.3.3.2 Bens dominicais sem uso
 - 2.2.3.3.3 Terras devolutas
 - 2.2.4 Bens pelo critério substancial
 - 2.2.4.1 Bens em si mesmos
 - 2.2.4.1.1 Bens imóveis
 - 2.2.4.1.2 Bens móveis
 - 2.2.5 Bens em função de sua disponibilidade
 - 2.3 Síntese conclusiva do capítulo

Capítulo 3

Regime jurídico dos bens públicos

- 3.1 Um único regime ou gradações de regimes?
- 3.2 Regime jurídico geral dos bens públicos
 - 3.2.1 Regime de aquisição
 - 3.2.2 Regime de gestão
 - 3.2.2.1 Os princípios constitucionais aplicados aos bens públicos
 - 3.2.2.2 A afetação dos bens públicos
 - 3.2.2.3 Atributos específicos dos bens públicos
 - 3.2.2.3.1 A inalienabilidade
 - 3.2.2.3.2 A noção de impenhorabilidade
 - 3.2.2.3.3 A impossibilidade de oneração
 - 3.2.2.3.4 A imprescritibilidade
 - 3.2.3 A alienação dos bens públicos
 - 3.3 A gestão do uso dos bens públicos
 - 3.3.1 Panorâmica dos usos *ex parte populi*
 - 3.3.2 O uso do bem público em função do título de legitimação
 - 3.3.2.1 Uso incondicionado
 - 3.3.2.2 Uso condicionado
 - 3.3.2.3 Retributibilidade do uso
 - 3.3.3 O uso do bem em relação à afetação
 - 3.3.4 Uso em relação aos demais administrados
 - 3.4 Instrumentos de conferência de uso
 - 3.4.1 Instrumentos jurídicos para o uso privativo
 - 3.4.1.1 Autorização
 - 3.4.1.2 Permissão
 - 3.4.1.3 A permissão imprópria para as OSs
 - 3.4.1.4 Concessão administrativa de uso
 - 3.4.1.5 Concessão do direito real de uso
 - 3.4.1.6 Concessão especial para fins de moradia
 - 3.4.1.7 Concessão florestal
 - 3.4.1.8 Cessão
 - 3.4.1.9 Inscrição de ocupação
 - 3.4.1.10 Outros instrumentos
 - 3.4.1.10.1 Comodato
 - 3.4.1.10.2 Aforamento
 - 3.4.1.10.3 Locação
 - 3.4.1.10.4 Arrendamento
 - 3.5 Síntese conclusiva do capítulo

Capítulo 4

As utilidades públicas e seu uso econômico

- 4.1 O regime jurídico para as utilidades públicas
- 4.2 Para uma segregação dos usos de bens públicos
- 4.3 Gradação do regime aplicável em função dos usos
- 4.4 Critérios para ordenação dos usos
- 4.5 O aproveitamento econômico das utilidades públicas
- 4.6 Contornos jurídicos do uso econômico das utilidades públicas
- 4.7 Delimitação de uso econômico: bem público e exploração das utilidades públicas
- 4.8 Síntese conclusiva do capítulo

Epílogo

Referências

Índice de assuntos

Índice de legislação